

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Edital nº 190/2022**

Cargo:	Assistente em Administração	Nível	Código
		D	201

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 21.2

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
2. Confira se o **Caderno de Questões recebido** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Confira também se constam deste **Caderno**, de forma legível, 55 (cinquenta e cinco) questões objetivas e a proposta de **Redação**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Confira se seus dados constantes no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**, estão corretos, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções neles contidas.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, não faça qualquer registro na **Folha de Redação**, que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos; portar qualquer dispositivo eletrônico, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva e da Redação é de no mínimo **1h30min (uma hora e trinta minutos)** e de no máximo **4h30min (quatro horas e trinta minutos)**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando 1(uma) hora para o término da prova.
8. Para preencher o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
9. Ao término da prova, entregue ao Fiscal a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** assinado e com a frase constante desta capa transcrita no Campo apropriado. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação**, implicará na sua eliminação do Concurso.
10. O Gabarito Preliminar será divulgado no dia **16 de abril de 2023**, a partir das 16 horas no endereço eletrônico do Concurso.

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO
“EXAME GRAFOTÉCNICO”**

Aquele que tentou e não conseguiu, é superior àquele que nada tentou.

Bud Wilkinson

Parte I: Língua Portuguesa

Texto 1

Devemos ser políglotas na nossa língua, afirma Bechara, 94, gramático da ABL

Para o professor, educação deve capacitar alunos a compreender o português em todas as variantes e valorizar norma-padrão

Thaís Nicoleti de Camargo

É comum ouvir que gramáticos e linguistas têm visões diferentes da língua, e, em alguns casos, testemunhamos contendas entre uns e outros. Bechara, no entanto, não se alinha aos 5 "puristas", aqueles gramáticos que condenam os estrangeirismos ou as mudanças linguísticas em geral.

A propósito, ele dá o veredito sobre a expressão "testar positivo", que se incorporou rapidamente 10 ao português em razão da pandemia de Covid-19: "se traduz bem, se expressa bem, é capaz de dizer o que realmente quer dizer" — em suma, se funciona bem, fica. Observa-se, então, a introdução de uma nova expressão na língua. A 15 lição parece simples, mas é de suma importância para entender a dinâmica das línguas.

Linguistas e gramáticos, finalmente, têm cada qual o seu espaço: "O linguista é o teórico, aquele que estabelece os princípios de uso, e o gramático 20 seleciona esses usos, faz uma seleção deles para falar e escrever correntemente a língua", afirma o professor.

Equivoca-se, porém, quem imagina que o conhecimento da teoria garanta todas as 25 condições para escrever bem. Segundo Bechara, "o fato de você sistematizar teoricamente a língua não significa que você seja um leitor, um bom escritor etc.; são coisas diferentes: uma é a teoria, outra é a prática; uma coisa é conhecer a língua, 30 como seu usuário, outra coisa é sistematizar cientificamente a língua".

Cabe aos professores de português, portanto, a tarefa de "transformar o aluno em um políglota dentro da sua própria língua", ou seja, capacitá-lo 35 a compreender a língua em todas as suas variantes, que podem ser regionais e sociais.

Bechara, no entanto, reforça que o trabalho na escola deve tomar por base a língua-padrão. "No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino 40 muito feito para o dia a dia. A pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante". Aproveita para dizer que "elegância", no caso, é saber "aproveitar todos os recursos que 45 a língua põe à sua disposição".

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/07/devemos-ser-poliglotas-na-nossa-lingua-afirma-bechara-94-gramatico-da-abl.shtml>. Acesso em 06 fev. 2023. Adaptado.

- 01** No texto 1, é correto afirmar que há
- (A) paráfrases elucidativas, como em *A propósito, ele dá o veredito sobre a expressão "testar positivo"...* (Linhas 8-9).
 - (B) marcas da coloquialidade, como a ênclise em *Equivoca-se, porém, quem imagina que o conhecimento da teoria garanta todas as condições para escrever bem* (Linhas 23-25).
 - (C) injunções direcionadas ao leitor, como em *Cabe aos professores de português, portanto, a tarefa...* (Linhas 32-33).
 - (D) sequências expositivas com verbos no presente do indicativo, como em *...ou seja, capacitá-lo a compreender a língua em todas as suas variantes, que podem ser regionais e sociais.* (Linhas 34-36).
 - (E) repetição exagerada do termo "Bechara", configurando desvio da norma, como em *Bechara, no entanto, não se alinha aos "puristas"...* (Linhas 4-5) e *Bechara, no entanto, reforça que o trabalho na escola deve tomar por base a língua-padrão* (Linhas 37-38).

02 Com base na leitura do Texto 1, é correto afirmar que a ideia de "ser políglotas na nossa língua" (Título) corresponde a de

- (A) condenar os estrangeirismos.
- (B) refutar as mudanças linguísticas.
- (C) compreender as variantes da língua.
- (D) sistematizar cientificamente a língua.
- (E) estabelecer princípios de uso da língua.

O trecho abaixo motivará as questões **03** e **04**:

...ele dá o veredito sobre a expressão "testar positivo" que se incorporou rapidamente ao português em razão da pandemia de Covid-19... (Linhas 8-10)

03 As aspas foram usadas em "testar positivo" com a finalidade de, principalmente,

- (A) marcar o discurso direto.
- (B) destacar o termo que é alvo de comentário.
- (C) indicar o sentido conotativo dado ao termo.
- (D) revelar o não engajamento da articulista quanto ao sentido do termo.
- (E) prevenir o tom irônico atribuído ao termo.

04 A locução "em razão da", nesse fragmento, indica

- (A) causa
- (B) consequência
- (C) conformidade
- (D) modo
- (E) concessão

05 Releia o trecho: *Linguistas e gramáticos, finalmente, têm cada qual o seu espaço: "O linguista é o teórico, aquele que estabelece os princípios de uso, e o gramático seleciona esses usos, faz uma seleção deles para falar e escrever correntemente a língua", afirma o professor.* (Linhas 17-22). Em relação ao elemento anafórico destacado em cada opção, é correto afirmar que

- (A) seu, em *têm cada qual o seu espaço*, retoma "linguistas".
- (B) usos, em *o gramático seleciona esses usos*, retoma "esses".
- (C) o sujeito elíptico em *faz uma seleção deles*, retoma "o professor".
- (D) deles, em *faz uma seleção deles*, retoma "uma seleção".
- (E) que, em *aquele que estabelece os princípios de uso*, retoma "aquele".

06 O emprego do pronome você, em *o fato de você sistematizar teoricamente a língua* (Linha 26), é recurso que caracteriza

- (A) ocultação sintática do sujeito.
- (B) designação discursiva específica.
- (C) informalidade no tratamento com vocativo.
- (D) indeterminação semântica do sujeito.
- (E) funcionamento metalinguístico do trecho.

07 Segundo Bechara, "o fato de você sistematizar teoricamente a língua não significa que você seja um leitor, um bom escritor etc..." (Linhas 25-28). No trecho transcrito, o elemento sublinhado deve ser considerado

- (A) numeral
- (B) advérbio
- (C) conector
- (D) nome
- (E) determinante

08 O elemento "se" apresenta mesma natureza morfossintática daquela observada em se traduz bem (Linha 11) na seguinte opção:

- (A) ...se funciona bem... (Linhas 12-13)
- (B) ... não se alinha aos "puristas" (Linhas 4-5)
- (C) ... que se incorporou rapidamente (Linha 9)
- (D) ... Equivoca-se, porém... (Linha 23)
- (E) ... Observa-se, então, a introdução de uma nova expressão na língua. (Linhas 13-14)

09 No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia. A pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante. (Linhas 38-43). Considerando a relação de causalidade entre as duas frases transcritas, para explicitá-la poderia ser empregado o conector sublinhado em:

- (A) No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia, no entanto a pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante.
- (B) No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia, se a pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante.
- (C) No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia, aliás a pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante.
- (D) No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia, ou a pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante.
- (E) No Brasil, o ensino da língua portuguesa é um ensino muito feito para o dia a dia, portanto a pessoa não estuda a língua para ser um escritor exemplar, capaz de transmitir os seus pensamentos de modo claro e elegante.

10 Em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a forma verbal "têm", em *têm visões diferentes da língua* (Linhas 1-2), recebe acento circunflexo porque

- (A) é oxítone terminada em ditongo nasal.
- (B) é paroxítone terminada em "m".
- (C) toda proparoxítone é acentuada.
- (D) o acento é facultativo nesse caso.
- (E) está no plural e é foneticamente paroxítone.

Parte II: Noções de Administração Pública

11 Em sua célebre obra “O Príncipe”, Nicolau Maquiavel estuda a política na Antiguidade e revoluciona a Teoria do Estado e da Conspiração, criando as bases da Ciência Política. Nesta obra, o autor elabora uma teoria realista e sistemática que

- (A) cria a base para o desenvolvimento do conceito de Ética por Platão.
- (B) inspirou a elaboração e promulgação da Constituição austríaca de Weimar.
- (C) separa a ética individual da ética do Estado (fundada na noção do bem comum).
- (D) comprova a tese de que somente aquele que julga não saber, afirmando sua própria ignorância, é o que busca o verdadeiro conhecimento.
- (E) entende essencial a integração entre a moral comum e a moral política, inexistindo distinção entre a ética almejada pelos indivíduos que compõem a sociedade e aquela esperada dos órgãos de Estado, que exercem a função pública.

12 Dentre os princípios administrativos expressos na Constituição Federal, aquele que exige que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta, é o princípio da:

- (A) moralidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.
- (E) segurança jurídica.

13 Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos no artigo 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) A irredutibilidade do salário é direito do trabalhador e visa à melhoria da sua condição social.
- (B) A gestante tem direito à licença-maternidade, com duração de 60 (sessenta) dias.
- (C) São permitidas no Brasil as penas cruéis e de caráter perpétuo.
- (D) O direito de propriedade não é um direito garantido na Constituição Federal.
- (E) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

14 Havendo compatibilidade de horários e respeitado o teto constitucional de remuneração, a Constituição Federal permite o acúmulo remunerado de cargos públicos, como por exemplo, de:

- (A) três cargos de professor.
- (B) três cargos técnicos ou científicos.
- (C) dois cargos técnicos ou científicos.
- (D) dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- (E) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

15 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Anexo do Decreto nº 1.171/1994):

- (A) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (B) a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.
- (C) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (D) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.
- (E) a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

16 Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito:

- (A) configura ato de improbidade administrativa.
- (B) exclui a culpabilidade do crime de improbidade administrativa.
- (C) exclui a antijuridicidade do crime de improbidade administrativa.
- (D) afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (E) afasta a responsabilidade por crime político previsto no Decreto-Lei 201/1967.

17 O funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo:

- (A) não pratica crime.
- (B) pratica crime de roubo.
- (C) pratica crime de apropriação indébita.
- (D) pratica crime de violação de sigilo funcional.
- (E) pratica crime de violação do sigilo de proposta de concorrência.

18 Suponha que um servidor público federal seja reincidente na seguinte falta funcional: “ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato”, falta esta punida com advertência. Sendo assim, em razão da reincidência, o citado servidor será punido agora com pena de:

- (A) nova advertência.
- (B) suspensão.
- (C) demissão.
- (D) reclusão.
- (E) prisão simples.

19 A responsabilidade do servidor público federal que praticou ato de improbidade administrativa será apurada mediante instauração:

- (A) obrigatória de processo administrativo disciplinar.
- (B) facultativa de processo administrativo disciplinar.
- (C) obrigatória de sindicância.
- (D) facultativa de sindicância.
- (E) de processo criminal.

20 A Lei nº 9.784/99, que regula os processos administrativos em âmbito federal, dispõe que terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa:

- (A) natural.
- (B) com idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos.
- (C) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- (D) portadora de qualquer doença.
- (E) jurídica de direito público externo.

Espaço reservado para rascunho

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 Sobre a natureza jurídica da Universidade Federal Fluminense (UFF), é correto afirmar que a universidade:

- (A) integra a Administração Pública Federal Direta, com natureza de órgão público.
- (B) integra a Administração Pública Federal Direta, com natureza de empresa pública.
- (C) integra a Administração Pública Federal Indireta, com natureza de autarquia.
- (D) integra a Administração Pública Federal Indireta, com natureza de sociedade de economia mista.
- (E) não integra a Administração Pública, sendo uma instituição prestadora de serviço social autônomo.

22 São *elementos* do ato administrativo aqueles aspectos do ato que, se ausentes, provocam a invalidação do ato. Assim, o círculo definido por lei, dentro do qual podem os agentes públicos exercer legitimamente sua atividade, bem caracteriza o elemento do ato administrativo conhecido como:

- (A) competência.
- (B) finalidade.
- (C) motivo.
- (D) objeto.
- (E) forma.

23 A respeito dos atos administrativos em espécie, é certo que o Parecer:

- (A) é ato rotineiro na comunicação administrativa, através do qual as autoridades administrativas se comunicam entre si ou com terceiros.
- (B) consubstancia uma opinião ou ponto de vista de alguns agentes administrativos sobre matéria submetida à sua apreciação.
- (C) é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa concordância no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.
- (D) é classificado como conformativo, uma vez que seu conteúdo expressa a existência de certo fato jurídico.
- (E) vincula a autoridade que tem competência decisória.

24 A Constituição de 1988 prevê a existência de um Poder legislativo no âmbito federal, o qual:

- (A) possui legislatura com duração de 6 (seis) anos.
- (B) representa apenas os Estados federados e o Distrito federal.
- (C) é exercido pela Câmara dos Deputados, em sistema unicameral.
- (D) é exercido pelo Senado Federal, em sistema unicameral.
- (E) é exercido pelo Congresso Nacional, em sistema bicameral.

25 O princípio da publicidade é um dos diversos princípios que regem a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). Nesse contexto, a citada lei prevê expressamente o conceito de publicidade diferida, que ocorrerá especialmente quanto:

- (A) ao recebimento de tributos pela Administração.
- (B) à modalidade de licitação a ser utilizada em cada caso.
- (C) ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (D) aos casos em que o processo licitatório é dispensável.
- (E) aos casos em que o processo licitatório é inexigível.

26 Suponha que uma entidade da Administração Pública deseja contratar objeto que envolva inovação tecnológica. Dessa forma e nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação específica para este tipo de contratação é o(a):

- (A) leilão.
- (B) pregão.
- (C) concorrência.
- (D) tomada de preços.
- (E) diálogo competitivo.

27 Imaginemos a hipótese de o Poder Executivo Federal ter decretado estado de defesa, ou mesmo intervenção federal, em um determinado Estado onde o órgão X da Administração Pública estadual está localizado. Neste caso e nos moldes da Lei nº 14.133/2021, o órgão estadual X poderá:

- (A) realizar licitação quando inviável a competição, especialmente na aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- (B) realizar licitação na modalidade convite.
- (C) entregar a administração dos seus bens para os municípios do estado.
- (D) contratar diretamente, com dispensa de licitação.
- (E) contratar diretamente, diante da inexigibilidade de licitação.

28 Com base na Lei nº 14.133/2021, a alienação de bens imóveis da Administração Pública exige os seguintes requisitos:

- I Avaliação prévia do bem.
- II Autorização legislativa.
- III Licitação na modalidade concurso.
- IV Existência de interesse público devidamente justificado.

Considerando os requisitos acima, estão corretos apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

29 Acerca dos contratos administrativos, a Lei nº 14.133/2021 dispõe que:

- (A) o instrumento do contrato é sempre obrigatório no processo de licitação.
- (B) não existe previsão legal da duração dos contratos firmados com a Administração.
- (C) o contrato será sempre formalizado de maneira escrita, sendo, portanto, nulo e de nenhum efeito o contrato verbal realizado com a Administração.
- (D) é prerrogativa da Administração fiscalizar a execução do contrato, porém a Administração não poderá modificá-lo ou extingui-lo unilateralmente.
- (E) a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

30 A Lei nº 14.133/2021 prevê que o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, constituem motivos para a:

- (A) extinção do contrato.
- (B) apreensão do contrato.
- (C) celebração do contrato.
- (D) emenda do contrato.
- (E) usurpação do contrato.

31 Segundo dispõe a Constituição Federal, o mar territorial e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, são:

- (A) bens da iniciativa privada.
- (B) bens públicos da União.
- (C) bens públicos dos Estados.
- (D) bens públicos dos Municípios.
- (E) zona de soberania internacional.

32 Considerando o controle administrativo da Administração Pública, é certo que a Administração Direta fiscaliza a atuação da Administração Indireta. Esta fiscalização está condicionada a atos de controle expressamente previstos em lei e existirá entre duas pessoas jurídicas distintas. Assim, esta fiscalização é bem definida como:

- (A) hierarquia, existindo apenas uma vinculação para fins de controle.
- (B) hierarquia, existindo verdadeira subordinação à Administração Direta.
- (C) tutela, existindo apenas uma vinculação para fins de controle.
- (D) tutela, existindo verdadeira subordinação à Administração Direta.
- (E) desconcentração, havendo uma distribuição interna de competências.

33 Considere a seguinte assertiva: “A greve de servidores públicos interfere diretamente na prestação dos serviços públicos à população”. O princípio inerente ao regime jurídico dos serviços públicos e que melhor se refere à situação descrita na assertiva, é o princípio da:

- (A) publicidade.
- (B) ampla defesa.
- (C) motivação do serviço.
- (D) continuidade do serviço.
- (E) mutabilidade do regime jurídico.

34 Acerca da Responsabilidade do Estado, é certo que no caso de uma pessoa jurídica de direito público causar danos a terceiros por meio de seus agentes, o Estado responderá civilmente pelo dano, de forma objetiva. Contudo, é assegurado ao Estado:

- (A) deveres de fortuito externo e culpa solidária com terceiros.
- (B) direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- (C) direito de regresso contra o responsável, em qualquer hipótese, inclusive caso fortuito e força maior.
- (D) nexo causal presumido entre a conduta do Estado e o dano causado ao particular.
- (E) nexos causal inexistente entre a conduta do Estado e o dano causado ao particular.

35 Consoante disposição expressa da Lei federal sobre Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), os atos administrativos que imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções, ou aqueles que decidam recursos administrativos, devem:

- (A) obrigatoriamente apresentar motivação.
- (B) obrigatoriamente ser atos complexos.
- (C) facultativamente apresentar motivação.
- (D) facultativamente ser atos complexos.
- (E) apresentar todos os elementos do ato administrativo, menos a finalidade e a forma.

36 Com o fim de simplificar o processo administrativo em âmbito federal, a Lei nº 9.784/99 prevê que, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório, de regra as decisões administrativas que exijam a participação de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante:

- (A) sentença transitada em julgado.
- (B) acórdão de desembargadores.
- (C) ato decisório de apelação.
- (D) decisão coordenada.
- (E) despacho simples.

37 Segundo refere a Lei nº 9.784/99, a exposição dos fatos conforme a verdade, bem como o proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, configuram:

- (A) direitos do advogado, cuja presença é obrigatória na esfera administrativa.
- (B) a fase de apresentação de documentos no processo administrativo.
- (C) a fase de formulação de alegações no processo administrativo.
- (D) a parte final do processo administrativo.
- (E) deveres do administrado perante a Administração.

38 O Estatuto da Universidade Federal Fluminense - UFF estabelece que as atividades pertinentes à pesquisa e ao ensino, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber, são atividades:

- (A) político-partidárias.
- (B) da reitoria.
- (C) de magistério.
- (D) de regime tributário.
- (E) de regime orçamentário.

39 Na Seção sobre a Reitoria, o Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense - UFF prevê que, **EXCETO**:

- (A) o Reitor não poderá especificar outras atribuições para serem desempenhadas pelo Vice-Reitor.
- (B) o Vice-Reitor substituirá o Reitor em suas faltas e impedimentos e o auxiliará em caráter permanente.
- (C) o Reitor poderá delegar competência a auxiliares imediatos.
- (D) a Reitoria é um órgão central executivo, dirigido pelo Reitor.
- (E) as Pró-Reitorias constituem a estrutura da Reitoria.

40 A Constituição Federal prevê que o assunto "finanças públicas" será disciplinado por meio de:

- (A) Assembleia constituinte.
- (B) Decreto legislativo.
- (C) Resolução do Banco Central.
- (D) Lei complementar.
- (E) Lei ordinária.

41 Considere o tema do Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas. Sobre o assunto, é correto afirmar que o instrumento legal que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Federal; dispõe sobre as alterações na legislação tributária; e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, é o(a):

- (A) Plano Plurianual (PPA).
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (D) Código Financeiro Nacional (CFN).
- (E) Código Tributário Nacional (CTN).

42 Sobre o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a Constituição Federal prevê que:

- (A) ele possui caráter contributivo e de filiação facultativa.
- (B) ele prevê proteção à maternidade, mas se esquece de citar e definir regras para a gestante.
- (C) as regras do RGPS são idênticas às do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, com a única diferença que o RGPS se aplica ao servidor público e o RPPS ao contribuinte em geral.
- (D) nele se incluem os benefícios do salário-família e do auxílio-reclusão, pagos particularmente àqueles com as rendas mais altas dentre os contribuintes.
- (E) nele se inclui o benefício da pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

43 A Constituição Federal dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. No mesmo sentido, a Carta Magna passou a exigir que as universidades obedecessem ao princípio do(a):

- (A) eficácia.
- (B) autotutela da pesquisa científica.
- (C) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (D) supremacia do interesse público.
- (E) poluidor-pagador.

44 Considerando as formas de provimento do cargo público – objeto do Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 8.112/90) – aquela que torna possível a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é a:

- (A) nomeação.
- (B) promoção.
- (C) transferência.
- (D) reintegração.
- (E) reversão.

45 Sobre vacância do cargo público, a Lei nº 8.112/90 prevê que um cargo público poderá ficar vago em decorrência de, EXCETO:

- (A) exoneração.
- (B) demissão.
- (C) promoção.
- (D) falecimento.
- (E) nomeação.

46 Suponha que o servidor público X tenha sido exonerado do cargo, após pedido do próprio servidor. Ele contava com exatos 1 ano e 4 meses de efetivo exercício, e já tinha gozado o período de férias referente ao primeiro ano. Porém, com relação ao ano seguinte, ele exerceu efetivamente o cargo por apenas 4 (quatro) meses, sem ter gozado férias. Nesse caso, o servidor X:

- (A) receberá indenização de férias relativa ao período de 4 meses de exercício, bem como receberá gratificação natalina no valor proporcional a esse mesmo período.
- (B) receberá indenização de férias relativa ao período de 4 meses de exercício, porém não receberá gratificação natalina, visto que o período aquisitivo para a gratificação é de 6 meses.

(C) receberá indenização de férias relativa à metade do período de exercício (ou seja, 2 meses), bem como receberá gratificação natalina no valor proporcional a esse mesmo período.

(D) não terá direito a receber indenizações, por falta de previsão legal.

(E) não terá direito a receber indenizações, visto que não gozou férias porque não quis.

47 Considere o seguinte caso: o filho de um servidor público federal está doente e necessita da assistência direta e 24 horas do servidor, sendo inviável a compensação de horário. Nesse caso, a Lei nº 8.112/90:

(A) não prevê licença específica ao servidor, uma vez que quem ficou doente foi parente do servidor, e não ele próprio.

(B) prevê o afastamento do servidor por licença-saúde, a qual não poderá exceder o prazo de 60 (sessenta) dias.

(C) prevê o afastamento do servidor por licença-saúde, a qual não poderá exceder o prazo de 80 (oitenta) dias.

(D) prevê licença por motivo de doença em pessoa da família, por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, dentro de um ano.

(E) prevê licença por motivo de doença em pessoa da família, por até 80 (oitenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, dentro de um ano.

48 O servidor público federal que se casar terá direito a se ausentar do serviço por:

(A) 5 (cinco) dias consecutivos.

(B) 8 (oito) dias consecutivos.

(C) 15 (quinze) dias consecutivos.

(D) 24 (vinte e quatro) dias consecutivos.

(E) 30 (trinta) dias consecutivos.

49 A prática de corrupção no serviço público federal tem como consequência a aplicação, ao servidor faltoso, da penalidade disciplinar de:

(A) demissão.

(B) advertência.

(C) suspensão.

(D) exoneração.

(E) multa.

50 A Lei nº 8.112/90 prevê que o Processo Disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido. Nesse contexto, são fases do processo disciplinar:

- I instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão.
- II inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.
- III julgamento.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas .
- (C) I e II, apenas .
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51 De acordo com a Lei nº 8.159/91, que trata da Política nacional de Arquivos públicos e privados, são considerados documentos inalienáveis e imprescritíveis aqueles:

- (A) identificados como intermediários.
- (B) identificados como correntes.
- (C) de valor permanente.
- (D) de valor sentimental.
- (E) sem valor.

52 Acerca do tema da redação oficial, o Manual de Redação da Presidência da República ensina que:

- (A) como fecho das comunicações oficiais, utiliza-se "Atenciosamente," para autoridades de hierarquia superior a do remetente, inclusive o Presidente da República.
- (B) como fecho das comunicações oficiais, utiliza-se "Respeitosamente," para autoridades de mesma hierarquia, de hierarquia inferior ou demais casos.
- (C) quando for usado para encaminhamento de documentos, o expediente deve conter a seguinte estrutura textual: 1º-introdução, 2º-desenvolvimento e 3º-conclusão.
- (D) o ofício enviado aos Ministros de Estado terá endereçamento "A Sua Excelência o Senhor" e tratamento no corpo de texto "Vossa Excelência".
- (E) o ofício enviado ao Presidente da República terá endereçamento "A Vossa Senhoria" e tratamento no corpo de texto "Vossa Magnificência".

53 Sobre relações humanas no trabalho, é certo que para garantir a motivação dos funcionários e estabelecer a liderança, o chefe do setor poderá:

- (A) evitar participar de capacitações de gestores de recursos humanos.
- (B) buscar dar o exemplo ao seu grupo, permanecendo à disposição para orientar e tirar dúvidas.
- (C) deixar a cooperação de lado e dividir os funcionários, de modo que cada um aja por si e faça o seu trabalho sozinho.
- (D) manter o sigilo e a discricão com os funcionários, deixando-os desconfiados e exigindo a distância necessária entre chefe e subordinados para o correto andamento dos trabalhos.
- (E) estabelecer uma cobrança rígida e criar o senso de urgência, de modo que tudo passe a ser urgente e, assim, os funcionários entregarão seus trabalhos sempre no prazo estipulado.

54 Configura um marco histórico inicial na evolução das teorias da Administração o(a):

- (A) Tratado de Tordesilhas.
- (B) fim do Império Otomano.
- (C) Revolução Industrial.
- (D) unificação do Baixo e Alto Egito.
- (E) Primavera árabe.

55 No contexto da organização do trabalho, existe um processo que se inicia com a divisão das grandes áreas da empresa/órgão público em unidades menores, especializadas. Em seguida busca-se a divisão em setores, com o fim de agrupar as atividades homogêneas que possuem uma mesma linha de ação. Os objetivos deste processo são alinhar a estrutura organizacional, facilitar a supervisão e a coordenação, buscar o equilíbrio com uma dinâmica eficiente e melhorar os resultados. Estamos falando do processo de:

- (A) tomada de decisão.
- (B) ambientalização externa.
- (C) organogramação.
- (D) vinculação.
- (E) departamentalização.



Espaço reservado para rascunho

Parte IV: PROVA DE REDAÇÃO

Texto 1

Romário xinga seguidora após crítica e depois apaga ofensa

O senador Romário (PL-RJ) xingou uma seguidora de piranha em seu Instagram após ficar incomodado com críticas. A reação do político aconteceu por ter sido chamado de “fadado” em um comentário, um provável erro de digitação ao escrever “safado”.

Na resposta, o ex-jogador postou ainda mais uma expressão ofensiva, escrevendo “Vai tomar no c’, sua piranha”. Após repercussão do comentário, ele apagou a postagem. O desentendimento aconteceu em uma publicação do senador do último sábado, comemorando o Dia do Treinador de Futebol.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2023/01/romario-xinga-seguidora-apos-critica-e-depois-apaga-of>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Texto 2



Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=5876055939106330&set=a.475822997915286>. Acesso em: 18 jan. 2023.

Texto 3

Direito ao esquecimento e as redes sociais

FÁBIO RUZ

O mundo globalizou, a sociedade virtualizou e a informação *viralizou*. Os aparelhos eletrônicos, cada dia mais aprimorados, permitem às pessoas uma incessante e crescente interação social. As informações, arquivos, documentos são veiculados na velocidade da luz, pelos aplicativos de *smartphones*. Desde compartilhamento de fotos, vídeos, transporte, encontros marcados, até o desassossego pelas informações e notícias locais/mundiais em um clique.

O mundo virtual é capaz de “estatualizar” ideias, frases, poses, encontros, em total desencontro com a verdadeira metamorfose ambulante que é o ser humano, e que, ainda assim, correspondem a um passado, um histórico, podendo ou não atingir as esferas mais íntimas do *virtualizado*. Outrossim, em nada pode ser confundido com qualquer forma de censura.

Surge, assim, o direito ao esquecimento, ou seja, uma proteção de que fatos passados, ocorridos na vida de certo indivíduo, não sejam lembrados e requentados pelo meio social, predispondo a novos transtornos e sofrimentos psicológicos, em comunhão ao “direito de ser deixado em paz” ou “direito de estar só”, refletindo no abandono do direito ao passado. O direito ao esquecimento possui principal fundamento na dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III da CF), ou seja, respaldo legal e, sobretudo, constitucional, razão de ser produto de direitos, como à vida, à privacidade, à intimidade e à honra – previstos no art. 5º, inciso X da CF.

Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/direito-ao-esquecimento-e-as-redes-sociais/>
 Acesso em: 18 jan. 2023. Adaptado.

As redes sociais aproximaram e afastaram pessoas, deram visibilidade não só a grupos antes sem direito à expressão, mas também a muitas *fake news* e a muitos discursos de ódio. As redes guardam memórias felizes e infelizes de seus participantes, talvez algumas que desejariam nunca mais lembrar.

A partir da leitura dos textos motivadores e de seu conhecimento sobre o assunto, elabore um **texto de opinião** para desenvolver o seguinte tema:

REDES SOCIAIS: UM MEIO DE ETERNIZAR COMPORTAMENTOS E OPINIÕES?

Para defender seu ponto de vista, use argumentos consistentes e bem encadeados.

O texto deverá ser produzido na modalidade culta da língua portuguesa, ter de 20 a 25 linhas e estar legível. (Atenção! Verifique se a redação apresenta, no mínimo, 20 linhas preenchidas, a fim de que seja corrigida.)



Universidade Federal Fluminense

RASCUNHO DA REDAÇÃO
MÍNIMO DE 20 E MÁXIMO DE 25 LINHAS

5

10

15

20

25